

## O papel de programas sociais no combate à pobreza e à desigualdade na distribuição de renda no Brasil

### RESUMO

**Presley Vasconcellos Amaral**  
[vasconcellospresley@gmail.com](mailto:vasconcellospresley@gmail.com)  
Universidade Estadual de Maringá.  
Maringá, Paraná, Brasil.

**Marina Silva da Cunha**  
[mscunha@uem.br](mailto:mscunha@uem.br)  
Universidade Estadual de Maringá.  
Maringá, Paraná, Brasil.

Este artigo tem como objetivo analisar os efeitos de políticas sociais no combate à pobreza e desigualdade da distribuição de renda no Brasil nos anos de 2016 e 2017. Foram utilizados os microdados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) no intuito de encontrar as chances de os chefes de domicílios estarem vivendo em situação de pobreza e observar a participação de programas sociais no rendimento destes indivíduos. Para tal finalidade, foi realizada uma estimação do modelo logit e cálculos de índice de desigualdade e pobreza. Os resultados encontrados apontam que há uma desigualdade na distribuição dos rendimentos por gênero e que as mulheres chefes de domicílio têm nos programas sociais uma maior parcela na composição de suas rendas, quando comparadas aos homens. Quando analisado por escolaridade, a participação de programas sociais no rendimento reduz conforme o aumento de anos de estudos. A intensidade e a severidade da pobreza são maiores nos chefes de domicílio do sexo feminino. Para os programas sociais, as estimativas evidenciam efeitos positivos no alívio imediato da pobreza. No entanto, foi encontrado que chefes de família não brancos, moradores da região rural e do Nordeste brasileiro têm maiores chances de vivenciar a pobreza no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** indicadores de desigualdade; políticas sociais; economia social.

## 1 INTRODUÇÃO

Estudos recentes sobre a pobreza na América Latina evidenciam que o fenômeno da pobreza é mais intenso para negros, indígenas, menos escolarizados, trabalhadores informais e famílias mais numerosas (IADB, 1998; WORLD BANK, 2003; WORLD BANK, 2016). Em conformidade, Ribas, Machado e Golgher (2011) indicam que, de maneira geral, a pobreza no Brasil é essencialmente crônica<sup>1</sup>. Sendo assim, de acordo com estes autores, indivíduos não brancos, com baixos níveis de escolaridade e residentes na região nordeste são mais sujeitos à pobreza, assim como famílias chefiadas por ocupados no setor informal.

A parcela da população na América Latina que vive com U\$S 2,50 ao dia ou menos reduziu de 24,5% em 2003 para aproximadamente 11% em 2013, totalizando uma saída de 76 milhões de pessoas da pobreza. O relatório do Banco Mundial (2016) que avalia a situação de países considerados em desenvolvimento aponta que, no ano de 2013, o perfil da pobreza se encontra de forma predominantemente rural (80%), em jovens de até 14 anos (44%), indivíduos de baixa escolaridade ou sem escolaridade formal (39%), trabalhadores do setor agrícola ou com família com dois filhos ou mais (65%).

Ao fazer uma análise da sociedade contemporânea é possível averiguar o crescimento das políticas realizadas por parte do governo brasileiro para que haja erradicação da pobreza e redução da desigualdade social. Marcado por um alto montante de famílias em estado de pobreza e extrema pobreza, o Brasil faz parte da relação de países mais desiguais do mundo no ano de 2013, atrás apenas da África do Sul, Haiti, Honduras e Colômbia, como aponta o relatório do Banco Mundial (WORLD BANK, 2016).

Segundo dados do IPEA, ao longo dos anos 2000, a economia brasileira reverteu sua trajetória de concentração de renda conferida nos anos 1990, apresentando uma retração da desigualdade, indicada através do índice de Gini. Os dados do IPEA apontam redução do índice de 0,614 no começo dos anos 1990, para 0,518 em 2014 (IPEA, 2018). De acordo com os dados do IBGE, o índice de Gini passa de 0,63 em 1991 para 0,515 em 2014, indicando redução no nível de desigualdade social. No entanto, o movimento de redução é revertido em 2015 apresentando um índice de 0,523, o que indica que a desigualdade apresenta elevação (IBGE, 2018).

Além das características heterogêneas existentes entre os indivíduos como nível de escolaridade, gênero, localização e raça, a condição de inserção no mercado de trabalho afeta a incidência da pobreza. Indivíduos que trabalham no setor informal do mercado de trabalho brasileiro têm grandes chances de estar abaixo da linha de pobreza, de acordo com Machado, Ribas e Penido (2007).

A proteção social da camada marginalizada da população é um dos pilares que sustenta as políticas modernas e são motivadas pela intenção de enfraquecimento dos fatores que agravam o fenômeno da pobreza. No entanto, ao longo da primeira década dos anos 2000, houve um período de redução da pobreza advindo de diversos fatores como melhora da atividade econômica, elevação dos preços

---

<sup>1</sup> A pobreza crônica é a situação em que a experiência de privação perdura por um longo período na vida dos indivíduos, tornando um ciclo vicioso em que há um aprofundamento da situação, mantendo as famílias pobres (RIBAS, MACHADO, GOLGHER, 2011).

internacionais e uma maior abrangência de políticas sociais (CACCIAMALI e TATTEI, 2016; POCHMANN 2018).

Em 2003, como medida de proteção social, foi criado o Programa Bolsa Família, ampliando e unificando programas sociais<sup>2</sup> de auxílio direcionado a pessoas consideradas vulneráveis socioeconomicamente. O programa tem como objetivo auxiliar no alívio imediato da pobreza, através da transferência direta de renda condicionada, na tentativa de erradicar a extrema pobreza e desigualdades econômicas na economia brasileira.

Alguns autores (GAIHA e DEOLALIKAR, 1993; BARRIENTOS, HULME e SHEPHERD, 2005) indicam que os países em desenvolvimento apresentam uma trajetória de políticas sociais de combate à pobreza ineficientes ao adotar uma perspectiva equivocada sobre a natureza do fenômeno. Portanto, a discussão sobre o tipo de pobreza, assim como suas causalidades, é relevante nas formulações de políticas públicas que priorizam o combate à pobreza. Como indicam Hulme e Shepherd (2003), medidas de curto prazo cuja finalidade seja proporcionar oportunidades de escapar de forma imediatista de precárias condições, tornam-se incapazes de combater estruturalmente a realidade da pobreza.

Levando em consideração o contexto socioeconômico brasileiro atual, que apresenta concentração de renda e desigualdade social, é pertinente realizar uma análise sobre os possíveis obstáculos de atuação de políticas sociais de combate à pobreza. Sendo assim, há um forte interesse em estudos relacionados à economia social. Em suma, é preciso identificar os resultados e analisar a efetividade destas políticas sociais sobre a renda domiciliar das famílias brasileiras, averiguando a sua respectiva importância no combate à pobreza e seus principais efeitos sobre o desenvolvimento econômico. Como hipótese central, temos que o Programa Bolsa Família, assim como outros programas de transferência de renda, trazem alívio imediato para as famílias em situação de pobreza.

O objetivo central deste ensaio se constitui na análise dos efeitos das políticas sociais para a amenização da pobreza e desigualdade da distribuição de renda no Brasil. Ademais, procurou-se observar as características predominantes nas pessoas que estão vivenciando a pobreza, a fim de indicar um perfil de famílias atingida e verificar a importância das políticas sociais no rendimento familiar. Portanto, a contribuição deste trabalho está no fornecimento de informações sobre a condição socioeconômica das famílias menos privilegiadas no Brasil nos anos de 2016 e 2017, analisando a efetividade da participação de programas sociais no alívio da situação da pobreza e extrema pobreza.

Para responder às questões citadas, foi realizada uma decomposição do rendimento per capita dos chefes de domicílios, no intuito de observar a importância das políticas sociais no rendimento domiciliar. Sobre a situação socioeconômica, são estimados os principais índices de desigualdade e pobreza utilizados na literatura econômica, como o índice de Gini e os índices de pobreza utilizados de Foster, Greer e Thorbecke (1981), os quais indicam a proporção, a incidência e a severidade da pobreza. Por fim, foi realizada uma análise através de um modelo

logit de escolha binária para obter as chances de o chefe de domicílio estar em situação de pobreza.

Após esta introdução, no tópico seguinte há uma revisão de literatura que discute as principais questões no estudo da vulnerabilidade socioeconômica, indicando os conceitos de pobreza e mensuração. Neste mesmo tópico, é abordado o debate sobre políticas sociais e seu papel na economia. Na seção seguinte são discutidos os materiais e métodos utilizados neste trabalho, uma análise descritiva da amostra, com a definição dos índices, composição da renda domiciliar e modelos utilizados neste trabalho para chegar aos principais resultados, que são encontrados na seção 1.4. Por fim, na última seção são feitas as considerações.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Conceitos de pobreza: uma visão geral

O contexto socioeconômico brasileiro no início dos anos 1970 traz à tona o fato de que a redução da desigualdade social não acompanha o crescimento econômico. Grande parte deste problema seria derivado do processo histórico de formação social e econômico caracterizado pelo subdesenvolvimento. A economia brasileira foi baseada na produção agrícola em grandes latifúndios com uso de trabalho escravo e atividades consideradas exploratórias (FURTADO, 1989).

Conforme a evolução dos meios produtivos e organizações sociais, a centralização das riquezas, o alto índice de desemprego e problemas demográficos foram se tornando impedimentos para a superação da vulnerabilidade pela camada mais marginalizada da sociedade. A escassez de recursos e má distribuição de renda na economia são problemas antigos, que ainda existem nos dias atuais e são tratados de diversas maneiras na literatura econômica. Portanto, entendidas como problemas estruturais, a pobreza e a desigualdade da distribuição da renda podem ser vistas como fenômenos sociais característicos de economias consideradas subdesenvolvidas (GREMAUD et al. 2012).

Para Rocha (2003), a pobreza é um fenômeno considerado como a insuficiência do suprimento e acesso às necessidades básicas. Para Atkinson (1989), a pobreza é vista como a situação em que a pessoa se encontra em insuficiência de renda, dividindo em dois estados: o primeiro caso sendo a pobreza absoluta, em que o indivíduo não possui capacidade própria de prover sustento para suas necessidades básicas. Por sua vez, o segundo caso seria a situação em que há garantia do mínimo vital ou uma cesta de acessos básicos, mas há privação de determinados bens e serviços considerados relevantes para a vida de um indivíduo<sup>3</sup>, o que configura a chamada pobreza relativa.

Townsend (1962) indica a necessidade de que a pobreza seja tratada de forma distinta, diferenciando-a entre relativa e absoluta para fins analíticos. Sen (1990) indica que a pobreza é considerada multidimensional, visto que é entendida como a privação de necessidades básicas de um indivíduo, não se restringindo apenas à

renda. Sendo assim, em meados dos anos 1990, a recomendação de Citro e Robert (1995) era indicar que as medidas de pobreza deveriam levar em conta fatores relativos, de forma que permitisse uma constante atualização dos indicadores e proporcionar maior precisão. Esta abordagem é conhecida como pobreza multidimensional, que contabiliza a pobreza através de fatores além da renda, utilizando outros indicadores como taxa de alfabetização, acesso à água potável, condições de moradia e outros<sup>4</sup>.

Ao analisar a pobreza é preciso observar como as necessidades básicas são atendidas em dado contexto socioeconômico, considerando as especificidades pessoais, regionais e estruturais. Dessa forma, a percepção de consumo mínimo necessário para sobrevivência é variável e isto dificulta o cálculo e a mensuração da pobreza (SEN, 1990; McKAY e LAWSON, 2002; ROCHA, 2003; AZEVEDO e BURLANDY, 2010).

A pobreza mensurada pela renda é denominada de pobreza unidimensional pois é atrelada exclusivamente ao rendimento monetário como critério de determinação na situação de pobreza do indivíduo<sup>5</sup>. Ao adotar a renda como critério principal de avaliação de pobreza, é estipulada uma linha de pobreza unidimensional sobre um valor monetário que se associa ao custo de sobrevivência de uma determinada população em uma dada região. O uso da linha de pobreza permite guiar os condicionantes das políticas públicas possibilitando aprimorar a projeção de medidas sociais alternativas, determinando uma correlação entre nível de renda e indicadores de bem-estar social, isto é, quanto mais rica a sociedade, maiores são suas chances de ter suas necessidades médias de sobrevivência atendidas<sup>6</sup> (McKAY e LAWSON, 2003; ROCHA, 2008; AZEVEDO e BURLANDY, 2010; HOFFMANN, 2016).

## 2.2 Políticas sociais, desigualdade da distribuição da renda e pobreza

Em função da pobreza conferida ao longo dos anos 1990 e 2000 no Brasil, as políticas sociais passaram por alterações em seu direcionamento, a fim de promover medidas para combater a vulnerabilidade vivenciada por essa parcela da população. Uma das premissas das políticas consiste na consolidação do

---

<sup>4</sup> Quanto à pobreza multidimensional, Morris e Liser (1977) criaram o *Physical Quality Of Life Index* (PQLI), um indicador que reunia mortalidade infantil, esperança de vida com um ano de idade e taxa de alfabetização como características básicas para mensurar a qualidade de vida dos agentes e o nível de desigualdade. Este índice serviu de base fundamental para a posterior obtenção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH tornou-se um indicador formado através da média aritmética de esperança de vida ao nascer, nível educacional e o PIB *per capita*. Dado caráter diverso destas medidas, o indicador utiliza formatos comparáveis, por meio de transformações dos valores. Desta forma, cada indicador é expresso com valores entre zero e um. O IDH difere-se do PQLI por inserir o PIB *per capita* na equação, assim como a contabilização da alfabetização, que passa a ser uma média ponderada da taxa de alfabetização e taxa de matrícula nos três níveis de ensino (ROCHA, 2003).

<sup>5</sup> Quanto à permanência na pobreza, autores como Heckman (1978; 1981), Giraldo, Rettore e Trivellato, (2002) e (POGGI, 2007) sugerem que a família que é pobre possui chances maiores de permanecer pobre no período seguinte. Os efeitos proporcionados por algum fator exógeno favorável ao crescimento econômico ou capital humano propõe uma saída mais rápida do indivíduo da situação de pobreza. Por outro lado, há um efeito negativo da incidência do tempo na pobreza, que tende a agravar a situação de vulnerabilidade.

<sup>6</sup> Segundo McKay e Lawson (2002) e Günter & Klasen (2007), os indivíduos que se encontram em situações precárias possuem altas chances de estarem vivenciando a experiência da pobreza por mais de um período.

crescimento econômico como um componente crucial dentro do contexto de evolução social e a superação da pobreza como um resultado do desenvolvimento (ROCHA, 2003; ARBACHE, 2003; FERREIRA et al. 2006).

O processo de formação de políticas sociais direcionadas ao combate à pobreza tende a atender um perfil de agente econômico que possui um rendimento mensal per capita abaixo de uma linha de pobreza definida com base na renda. Segundo Azevedo e Burlandy (2010), ao mensurar pobreza é necessário avaliar através das necessidades humanas e sua diversidade.

Para a literatura econômica (STIFFEL, SAHN, 2000; BAULCH; MASSET, 2003; ROCHA, 2003; WORLD BANK, 2016), os fatores que definem a pobreza também constituem indicadores de desigualdade econômica e exclusão social importantes para a formulação de políticas sociais. Segundo Santos (2007), a importância de avaliar a pobreza segundo suas especificidades consiste na capacidade de inserir variáveis heterogêneas na formulação das políticas econômicas, de modo que estas políticas sejam eficazes de acordo com a região ou população atendida.

Em caso de superficialidade das políticas de combate à pobreza, os problemas estruturais que tornam a sociedade pobre não são tratados de forma eficiente, se tornando um conjunto de medidas temporárias. Este resultado acontece, por exemplo, porque transferências monetárias diretas não indicam necessariamente melhorias nas características estruturais dos indivíduos e seus domicílios, formando apenas um alívio imediato, o que pereniza a exclusão social.

Neste sentido, Rocha (2003) e McKay e Lawson (2003) ressaltam que indicadores físicos como altura por idade, peso por altura e outros que denotam saúde física, são instrumentos de formulação e monitoramento de políticas de combate à pobreza, do ponto de vista do atendimento das necessidades básicas nutricionais da população.

Embora definida por diversas formas e conceitos, a pobreza é também influenciada por fatores regionais, o que a torna um fenômeno ainda mais complexo, demandando uma ótica espacial mais detalhada em busca das heterogeneidades locais da população em situação de pobreza. Portanto, as especificidades de cada sociedade dificultam análises comparativas entre países e regiões, uma vez que suas composições estruturais não são determinadas e não se comportam de forma comparável (AMIS, 2002; BIRD e SHEPHERD, 2003; GOODHAND, 2003; AZEVEDO e BURLANDY, 2010).

Assim sendo, diversos autores (GAIHA e DEOLALIKAR, 1993; VILLALOBOS, 2000; MCKAY e LAWSON, 2002; SEN, 2003; HULME e SHEPHERD, 2003; WOOD, 2003; KERSTENETZKY, 2006; AZEVEDO e BURLANDY, 2010; HOFFMANN, 2016) sugerem que as políticas devem ser pautadas em busca do alcance de maior equidade social, e integração das classes menos favorecidas economicamente, cujas características eminentes perpetuam o processo de desigualdade social, alterando o efeito gerado de redistribuição de oportunidades sociais e econômicas para uma parcela da população que se encontra em desvantagem inicial. Do contrário, as políticas realizadas seriam ineficazes ou teriam seus resultados no longo prazo, o que não atende o problema que carece de uma solução imediata.

### 2.3 Políticas sociais no Brasil

As políticas sociais e programas de transferências de renda condicionada às famílias consideradas pobres partem do pressuposto de um alívio imediato da pobreza e o debate vêm fazendo parte das pautas políticas de diversos países. Dessa forma, as discussões são levadas em proporções internacionais, conforme o problema tem sido abordado nas pautas mundiais, no intuito de realizar esforços pertinentes ao desenvolvimento humano global (BARROS, FOGUEL e ULYSSEA, 2007; VIANNA, 2008; TAVARES, 2008; HOFFMANN, 2016; WORLD BANK, 2016).

Na década de 1990, alguns programas de transferência promoviam auxílio de renda mínima, com objetivos de reduzir o desemprego, reduzir a evasão escolar e ampliar o nível de acesso à saúde para as famílias no Brasil. No começo dos anos 2000, as políticas sociais passaram por algumas alterações, viabilizando uma expansão de investimentos de recursos para maior alcance de indivíduos que vivenciam a pobreza. O resultado deste processo distributivo é a inserção de uma parcela significativa da população considerada mais pobre dentro do mercado de trabalho e de consumo popular (FERREIRA et al., 2006; WORLD BANK, 2003; AZEVEDO e BURLANDY, 2010; MERCADANTE, 2010; WORLD BANK, 2016).

Criado em 2004, e atuando progressivamente desde então, o Programa Bolsa Família (PBF) é uma das mais expressivas políticas sociais de transferência de renda no Brasil, formulado para atender famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, cadastradas no Sistema Cadastro Único<sup>7</sup>. O sistema possibilita a seleção, o acompanhamento e a unificação das informações dos beneficiários, e gera dados que auxiliam na inclusão de programas sociais.

O PBF constitui-se da junção de outros programas pré-existentes, como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Fome Zero. Em 2017, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foram dispendidos cerca de 26,5 bilhões de reais com inclusão social por meio do Programa Bolsa Família. Em fevereiro de 2019, foram cerca de 14,1 milhões de pessoas beneficiadas, com benefícios de valor médio de R\$178,46, totalizando um dispêndio de mais de R\$ 30 bilhões de reais em todo território brasileiro (MDS, 2019).

O Programa Bolsa Família atua em três diretrizes: a transferência direta de renda, promover condicionalidades que garantem continuidade do auxílio e realizar apoio complementar às demandas sociais em geral. A transferência de renda tem o papel de prover um alívio imediato na pobreza através do direcionamento monetário ao beneficiário. Através da inserção do indivíduo no Programa é necessário que haja o cumprimento de determinadas condições, promovendo direitos sociais como educação, saúde e assistência social. Ademais, o PBF promove auxílios e incentivos para que as famílias consigam amenizar a vulnerabilidade socioeconômica com mecanismos distributivos de renda (TAVARES, 2008).

<sup>7</sup> O Cadastro Único é utilizado pelo governo para projeção de programas sociais, reunindo informações socioeconômicas das famílias com rendimento mensal de até meio salário mínimo *per capita*. A partir deste cadastro, as famílias são redirecionadas para programas de assistência e transferência de renda. No mês de abril de 2018, o Cadastro contava com um banco de dados de 27,037 milhões de famílias inscritas, correspondendo a aproximadamente 75,9 milhões de pessoas (TAVARES et al., 2008; MDS, 2018).

Quanto às condicionalidades do Programa Bolsa Família impostas pelo Governo Federal, destacam-se i) a obrigatoriedade dos filhos do beneficiários devidamente matriculados em escolas, com frequência mínima mensal de 85% para filhos de até 15 anos e 75% para filhos de até 17 anos; ii) o cumprimento do calendário de vacinação de crianças menores de 7 anos e realizar o pré-natal de mulheres de 14 a 44 anos, assim como o acompanhamento do peso e altura da criança; iii) crianças e adolescentes em risco de trabalho infantil devem participar do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e manter frequência mínima de 85% na escola (MDS, 2019).

Criado em 1993, outro sistema de transferência de renda, coexistente com o Programa Bolsa Família, é o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que consiste na garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou às pessoas com deficiências com impedimento comprovado de exercer funções laborais e prover seu próprio sustento<sup>8</sup>. Atualmente, outros programas sociais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa Minha Casa Minha Vida, atuam no atendimento à uma parcela da população em situação de pobreza (ROCHA, 2008; MDS, 2018).

Busca-se com as condicionalidades para permanência do benefício em programas sociais proporcionar estímulos para a superação da experiência da pobreza, quebrando um ciclo vicioso, alterando estruturalmente a situação socioeconômica das famílias economicamente vulneráveis. Como aponta Teixeira (2010), uma das exigências estipuladas pelo PBF, por exemplo, é a frequência escolar das crianças presentes no domicílio, o que disponibiliza maior quantidade de horas dos pais, ou responsáveis legais, para oferta de trabalho. Ademais, essas crianças podem acumular mais anos de escolaridade do que aquelas nas mesmas condições, mas sem o acesso ao programa, propiciando melhores oportunidades no futuro.

Portanto, o choque gerado pela renda condicionada também atuaria na função de produção familiar como um mecanismo propulsor para melhores oportunidades futurar no mercado de trabalho. Sendo assim, programas sociais que gerem redução do desemprego e incentivos a uma elevação da taxa de participação na força de trabalho dos membros adultos são desejáveis, visto que ao aumentarem o investimento em capital humano podem reduzir as desigualdades na distribuição de renda das próximas gerações (BARROS, FOGUEL e ULYSSEA, 2007).

Sobre as condicionalidades e seus efeitos, de acordo com Azevedo e Burlandy (2010), existem dificuldades de diagnosticar se as políticas de combate à pobreza são de cunho emergencial ou duradouros. Para Vianna (2008), as políticas realizadas no Brasil nos anos 2000 foram medidas compensatórias aos efeitos da histórica desigualdade econômica no bem-estar social, majoritariamente vinculado à população mais pobre.

Por outro lado, Mauriel (2006) afirma que os esforços realizados no período dos anos 2000 são direcionados para defasagens de capacidades dos indivíduos, as quais devem ser compensadas com investimento educacional. Portanto, ainda de

<sup>8</sup> Segundo o MDS (2018), no ano de 2015 haviam cerca de 4,274 milhões de benefícios ativos, totalizando um gasto de R\$ 39,6 bilhões. Considerando que em 2015 o Brasil alcançou um PIB de R\$5,9 trilhões, o gasto com essa política representa aproximadamente 6,61% do PIB.



acordo com a autora, as políticas perdem seu caráter distributivo, uma vez que não se orientem para os condicionantes estruturais da pobreza. Em concordância com Mauriel, Kerstenetzky (2009) assume que as políticas projetadas devem apresentar um papel corretivo e imediato de injustiças vivenciadas pela população mais vulnerável, que é marginalizada devido à pluralidade econômica existente na economia brasileira desde seu nascimento.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

#### 3.1 Base de dados e variáveis

São utilizados a base de microdados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNADC), disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O plano amostral complexo dos dados da PNAD Contínua distribui pesos distintos em cálculos e estimativas como médias, proporções e razões. Dessa forma, para homogeneização dos dados, utilizou-se de pesos disponibilizados para cada domicílio (PNADC, 2018).

A cada trimestre 211.344 domicílios são visitados e seus moradores são entrevistados, em 16.000 setores censitários, em aproximadamente 3.500 municípios. Ao todo são 15096 Unidades Primária de Amostragem (UPA) visitados, em aproximadamente 3500 municípios brasileiros. Seguindo uma rotatividade programada, a pesquisa é realizada trimestralmente em que cada mês é abordado apenas um grupo a partir das UPAs. Em cada domicílio são realizadas 5 visitas, as entrevistas são distribuídas de forma a contabilizar o domicílio no primeiro mês, e retirá-lo da amostra pelos 2 meses seguintes, retornando a entrevista logo após, no quarto mês, até completar 5 trimestres. A periodicidade e rotatividade são estabelecidas a fim de promover maior inferência e dados analíticos mais sólidos sobre as mudanças ocorridas dentro do período estabelecido. Optou-se por fazer uma análise sobre os anos de 2016 e 2017 devido à inclusão de novas perguntas específicas sobre os programas sociais como o Benefício de Prestação Continuada, o Programa Bolsa Família e outros rendimentos sociais, permitindo uma análise mais aprofundada sobre o tema estudado.

Os valores monetários dos anos de 2016 e 2017, utilizados para variáveis de rendimento efetivo, foram deflacionados para os preços médios do ano de 2017, para padronizar os valores encontrados, considerando os índices disponibilizados pelo IBGE para a PNADC. A seguir são relatados os procedimentos para encontrar os indicadores de desigualdade e pobreza, utilizando os índices usuais na literatura sobre o tema.

#### 3.2 Composição da renda domiciliar per capita e indicadores de desigualdade e pobreza

Ao considerar a renda como fator determinante na definição de pobreza, o domicílio para ser considerado pobre deve possuir um rendimento per capita igual ou abaixo de uma certa linha de pobreza e, de forma intuitiva, os não pobres são os que se encontram com uma renda acima desta mesma linha.

A linha de pobreza adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para recebimento do PBF definiu que em situação de extrema pobreza se encontra o domicílio que possuir renda familiar mensal per capita igual ou inferior a R\$85,00, e enquadram-se em situação de pobreza aqueles domicílios com renda mensal domiciliar per capita entre R\$85,01 e R\$170,00 por pessoa<sup>9</sup> (MDS, 2019).

Foi realizada uma análise do rendimento domiciliar em sete parcelas: i) rendimento do trabalho (TRA), ii) aposentadorias e pensões oficiais pagas por instituto de previdência ou pelo governo federal (APP), iii) aluguéis e doações (ALD), iv) outros rendimentos como seguro-desemprego, juros, dividendos e outros (SJD) e v) programas sociais (PRS), que se divide em vi) Benefício de Prestação Continuada (BPC), vii) Programa Bolsa Família (PBF) e viii) outros programas sociais (OPS). A partir desta decomposição, objetiva-se calcular os índices de Gini e Theil.

O índice de Gini sintetiza o nível de desigualdade da distribuição da renda em um intervalo de perfeita (0), quando todos recebem a mesma renda, e imperfeita (1) quando um recebe toda a renda e os demais têm renda nula. Medindo a desigualdade relativa, o coeficiente possibilita a comparação pois o seu cálculo não depende da média da distribuição ou da escala utilizada.

Autores como Shorrocks (1982) e Lerman e Yitzhaki (1985) sugerem que o índice de Gini pode ser encontrado através do somatório do produto da proporção de cada componente da renda total pelo índice de Gini de cada componente e uma parcela que apresenta a correlação da renda com sua distribuição total. Assumindo que  $y$  seja a renda do  $i$ -ésimo domicílio e que  $n$  é a população, e renda média representada por  $\mu$ . Sendo assim, de acordo com Hoffmann (1998), o índice de Gini é encontrado

$$G = \frac{2}{n^2 \mu} \sum_{i=1}^N i y_i - \left(1 + \frac{1}{n}\right) \quad (1)$$

Além do coeficiente de Gini, foi calculado o Índice T e L de Theil, que sintetiza a distância entre dois pontos extremos, medindo a desigualdade relativa. Diferentemente do Índice de Gini, o T de Theil pode variar entre zero e infinito, apresentando perfeita e imperfeita igualdade, respectivamente. O T de Theil pode ser calculado por

$$T = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N \frac{y_i}{\mu} \log \left( \frac{y_i}{\mu} \right) \quad (2)$$

Em que  $N$  é o número de unidades,  $y_i$  é o rendimento obtido pela unidade  $i$ , e  $\mu$  é o rendimento médio da distribuição de todas as unidades. O índice L de Theil, segundo Hoffmann (1998), é expresso por

$$L = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N \log \left( \frac{\mu}{y_i} \right) \quad (3)$$

<sup>9</sup> Linhas de pobreza utilizadas para os anos de 2016 e 2017.

O índice de L de Theil é formado pelo logaritmo da razão entre a média aritmética e geométrica<sup>10</sup>. O índice L considera as populações dos grupos como fatores de ponderação da desigualdade e é mais sensível às mudanças nos domicílios de rendas mais elevadas, por outro lado, o índice T observa a fração de renda apropriada e é especialmente mais sensível nas alterações na cauda inferior da distribuição (HOFFMANN, 1998).

Com relação à pobreza, são calculados os índices de Foster, Greer e Thorbecke. A fórmula geral da medida FGT é dada por

$$P(\alpha) = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^q \left( \frac{z - y_i}{z} \right)^\alpha \quad (4)$$

O indicador da classe FGT é dado por  $P(\alpha)$ , em que  $\alpha$  é um parâmetro de sensibilidade à pobreza,  $N$ ,  $z$ ,  $q$  e  $y_i$  seguem a mesma nomenclatura das equações apresentadas até então. Desta forma, o indicador considera apenas a renda dos pobres, ou seja,  $z - y_i > 0$ .

A proporção de pobres é encontrada através da razão

$$P(0) = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^q p_i \quad (5)$$

quando o indicador possuir um parâmetro  $\alpha = 0$ , teremos a medida de incidência de pobreza, similar ao indicador  $P(0)$  encontrado na equação 1.5, visto que o hiato de pobreza padronizado será igual a um. Assim  $P(0)$  é a proporção de pobres,  $N$  é o tamanho da população em análise,  $q$  é a quantidade de domicílios pobres na população e  $p_i$  é uma variável que indica a pobreza, isto é, se esta for igual a 1, o domicílio está sobre ou abaixo da linha de pobreza. Utilizando a média dos hiatos individuais padronizados, temos o hiato padronizado médio, logo

$$P(1) = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^q \left( \frac{z - y_i}{z} \right) \quad (6)$$

Em caso do parâmetro  $\alpha = 1$ , temos a medida da intensidade de pobreza  $P(1)$ , que é o mesmo que o hiato padronizado médio encontrado na equação 4, ou seja, o quanto a renda de cada pessoa pobre fica abaixo da linha de pobreza. Em que  $P(1)$  é o hiato padronizado médio, que indica a proporção de renda que cada indivíduo deveria contribuir para levar os pobres até a linha de pobreza. Ademais,  $z$  indica o valor da linha de pobreza,  $q$  é a quantidade de pobres e  $y_i$  é a renda dos domicílios pobres. Todavia, em caso de transferência de renda de uma pessoa muito pobre para uma pessoa pouco pobre, as medidas até então apresentadas não se alteram, apresentando uma certa limitação em seus resultados<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Portanto, para calcular o índice L de Theil, é preciso excluir os domicílios com rendas nulas.

<sup>11</sup> Em conformidade com Medeiros (2012), as medidas de incidência e intensidade não satisfazem os requisitos propostos por Pigou-Dalton, e que são necessários para as análises sociais de bem-estar e pobreza, portanto, utiliza-se a severidade da pobreza para auxiliar na análise.

Outra medida utilizada é a severidade da pobreza, que é dada por

$$P(2) = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^q \left( \frac{z - y_i}{z} \right)^2 \quad (7)$$

Por sua vez, quando o parâmetro  $\alpha$  for igual a 2, teremos uma nova medida chamada de hiato padronizado quadrático médio<sup>12</sup>,  $P(2)$ , que apresenta a severidade da pobreza. Este índice indica a combinação entre incidência e intensidade da pobreza, e respectiva desigualdade entre os pobres. Desta forma, utilizando o hiato ao quadrado, identifica-se um peso maior para agentes que estão em posição mais vulnerável economicamente. Em outras palavras, o indicador apresenta a desigualdade dentro da zona de pobreza. Sendo assim, o índice de severidade da pobreza analisa a intensidade da pobreza dentro dos atingidos pelo fenômeno.

Seguindo o proposto em Foster, Greer e Thorbecke (1984), esta limitação é contornada com a utilização da classe FGT de medida, cuja funcionalidade é generalizar uma classe de medidas de pobreza, em que a variação de apenas um parâmetro de sua fórmula resulta em novas medidas de pobreza, de forma que seja sensível à desigualdade. Portanto, temos que  $P(0)$  mede a proporção de pobreza, indicando a incidência;  $P(1)$  apresenta a intensidade da pobreza e  $P(2)$  representa a severidade da pobreza, ao combinar a incidência, intensidade e desigualdade entre os pobres. Para apresentar os resultados da composição da renda familiar, as estimações de índices de pobreza e desigualdade deste trabalho são divididas em parcelas, apresentadas pelo quadro 1.

Quadro 1.1 – Descrição das parcelas de rendimentos

PARCELA	DESCRIÇÃO
TRA	Rendimentos de todos os trabalhos
APP	Rendimentos de aposentadorias e pensões
ALD	Rendimentos de aluguéis ou arrendamentos
SJD	Outros rendimentos
PRS	Rendimentos de programas sociais
BPC	Rendimentos de Benefício de Prestação Continuada
PBF	Rendimentos de Programa Bolsa Família
OPS	Rendimentos de Outros Programas Sociais

Fonte: Elaboração própria.

A parcela 1 indica o rendimento obtido de todos os trabalhos do chefe de domicílio. A parcela 2 apresenta os ganhos advindos de aposentadorias e pensões recebidas. Na terceira parcela, há os rendimentos obtidos por aluguéis ou arrendamentos. Outros rendimentos são indicados pela parcela 4 e os rendimentos advindos de programas sociais são divididos em três parcelas: Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família e Outros Programas Sociais.

<sup>12</sup> Esta medida satisfaz os princípios de transferência de Pigou-Dalton (ATKINSON e BRANDOLINI, 2005).

### 3.3 Perfil da pobreza: uma análise através do modelo *logit*

Para verificar as chances de o domicílio ser pobre são utilizadas regressões do modelo *logit* que empregam variáveis dependentes binárias assumindo valores um e zero. De acordo com Greene (2012),

$$\Pr(Y = 1 | \mathbf{x}) = F(\mathbf{x}', \beta) \quad (8)$$

$$\Pr(Y = 0 | \mathbf{x}) = 1 - F(\mathbf{x}', \beta) \quad (9)$$

Em que usamos  $\mathbf{x}$  para representar o conjunto de variáveis explicativas,  $\beta$  é um conjunto de parâmetros. Sendo assim, a distribuição logística que indica a probabilidade de o domicílio estar em situação de pobreza é

$$\Pr(Y = 1 | \mathbf{x}) = \frac{e^{\mathbf{x}'\beta}}{1 + e^{\mathbf{x}'\beta}} = \mathbf{x}'\beta + \varepsilon \quad (10)$$

De acordo com a equação 1.10, e utilizando manuseios algébricos, e tendo a probabilidade  $p$ , as chances de não estar em situação de pobreza são representadas a seguir

$$\Pr(Y = 0 | \mathbf{x}) = 1 - p = 1 - \frac{e^{\mathbf{x}'\beta}}{1 + e^{\mathbf{x}'\beta}} = \frac{1}{1 + e^{\mathbf{x}'\beta}} \quad (11)$$

Portanto, de acordo com Cameron e Trivedi (2005), o modelo *logit* pode ser estimado considerando a razão de chances de estar na pobreza ( $p$ ) e de não estar na pobreza ( $1-p$ ):

$$\left( \frac{p}{1-p} \right) = \frac{\frac{e^{\mathbf{x}'\beta}}{1 + e^{\mathbf{x}'\beta}}}{\frac{1}{1 + e^{\mathbf{x}'\beta}}} = e^{\mathbf{x}'\beta} \quad (12)$$

Aplicando logaritmo na equação 1.12, temos a equação 1.13:

$$\ln\left(\frac{p}{1-p}\right) = \mathbf{x}'\beta \quad (13)$$

Através da probabilidade em estar em situação de pobreza, é possível promover uma análise do perfil dos afetados pelo fenômeno no Brasil, apresentando as características de seu chefe domiciliar, assim como localização. A análise é feita através do modelo *logit* de escolha binária em que a variável dependente é pobre, que sugere as chances dos chefes de domicílio estarem em situação de pobreza, com renda per capita igual ou menor a R\$170,00.

Para realizar a estimação do modelo *logit* as variáveis explicativas foram obtidas a partir dos dados da PNADC, que podem ser visualizadas através do Quadro 2. Foi criada a variável binária PBF, que indica se o entrevistado reside em domicílio beneficiário do Programa Bolsa Família, e também a variável participa, que indica se o chefe de domicílio participa do mercado de trabalho, isto é, se ele está ocupado, desocupado ou em busca de emprego.

Quadro 2 - Descrição das variáveis

Variáveis	Descrição
<i>pobre</i>	Variável binária igual a 1, caso o domicílio seja pobre, 0 caso contrário (c.c.)
<i>sexo</i>	Variável binária igual a 1, caso o chefe seja homens, 0 caso c.c.
<i>branco</i>	Variável binária igual a 1, caso o chefe seja branco, 0 c.c.
<i>idade_24</i>	Variável binária igual a 1, caso o chefe tenha até 24 anos, 0 c.c.
<i>idade_25_39</i>	Variável binária igual a 1, caso o chefe tenha de 25 a 39 anos, 0 c.c.
<i>idade_40_59</i>	Variável binária igual a 1, caso o chefe tenha de 40 a 59 anos, 0 c.c.
<i>idade_60</i>	Variável binária igual a 1, caso o chefe tenha 60 ou mais, 0 c.c.
<i>estudo_0</i>	Variável binária igual a 1, caso o chefe tenha de 0 a menos de 1 ano de estudo, 0 c.c.
<i>estudo_1_3</i>	Variável binária igual a 1, caso o chefe tenha de 1 a 3 anos de estudos, 0 c.c.
<i>estudo_4_7</i>	Variável binária igual a 1, caso o chefe tenha de 4 a 7 anos de estudos, 0 c.c.
<i>estudo_8_10</i>	Variável binária igual a 1, caso o chefe tenha de 8 a 10 anos de estudos, 0 c.c.
<i>estudo_11_14</i>	Variável binária igual a 1, caso o chefe tenha de 11 a 14 anos de estudos, 0 c.c.
<i>estudo_15</i>	Variável binária igual a 1, caso o chefe tenha de mais de 15 anos de estudos, 0 c.c.
<i>participa</i>	Variável binária igual a 1, caso o chefe participe do mercado de trabalho 0 c.c.
<i>filho</i>	Variável binária que indica se há filhos no domicílio, 0 c.c.
<i>urbana</i>	Variável binária igual a 1, caso seja situada em região urbana, 0 c.c.
<i>metro</i>	Variável binária igual a 1, caso seja situada em região metropolitana, 0 c.c.
<i>norte</i>	Variável binária igual a 1, caso seja situado na região norte, 0 c.c.
<i>nordeste</i>	Variável binária igual a 1, caso seja situado na região nordeste, 0 c.c.
<i>sul</i>	Variável binária igual a 1, caso seja situado na região sul, 0 c.c.
<i>sudeste</i>	Variável binária igual a 1, caso seja situado na região sudeste, 0 c.c.
<i>centrooeste</i>	Variável binária igual a 1, caso seja situado na região centro oeste, 0 c.c.
<i>PBF</i>	Variável binária igual a 1, caso for beneficiário do PBF, 0 c.c.
<i>bpc</i>	Variável binária igual a 1, caso receba rendimentos do BPC, 0 c.c.
<i>outprgs</i>	Variável binária igual a 1, caso receba rendimentos de outros programas sociais, 0 c.c.
<i>apopen</i>	Variável binária igual a 1, caso receba rendimentos de aposentadorias ou pensões, 0 c.c.
<i>aluarr</i>	Variável binária igual a 1, caso receba rendimentos de aluguéis e arrendamento, 0 c.c.
<i>trim1</i>	Variável binária igual a 1, caso o trimestre seja o primeiro, 0 c.c.
<i>trim2</i>	Variável binária igual a 1, caso o trimestre seja o segundo, 0 c.c.
<i>trim3</i>	Variável binária igual a 1, caso o trimestre seja o terceiro, 0 c.c.
<i>trim4</i>	Variável binária igual a 1, caso o trimestre seja o quarto, 0 c.c.
<i>ano17</i>	Variável binária igual a 1, caso o ano seja 2017, 0 c.c.
<i>ano16</i>	Variável binária igual a 1, caso o ano seja 2016, 0 c.c.

Fonte: Elaboração própria.

A variável binária *apopen* indica rendimentos obtidos via aposentadorias e pensões<sup>13</sup>. Para alugueis ou arrendamentos, Benefício de Prestação Continuada, e outros programas sociais, são analisadas pelas variáveis binárias *aluarr*, *bpc*, e *outprgs*, respectivamente. Como categoria de referência temos a primeira faixa de

estudo, a região norte, a situação rural do domicílio, o primeiro trimestre do ano e o ano de 2016.

### 3.4 Análise descritiva

A composição da renda da amostra domiciliar é exposta na Tabela 1 separada por categorias. Ao observar o diferencial da composição da renda entre homens e mulheres é possível notar que os rendimentos advindos do trabalho principal possuem maior importância nos domicílios chefiados por homens. Por outro lado, a participação de programas sociais na renda da mulher é mais expressiva do que para a renda dos homens. Este resultado vai de acordo com o defendido por Campara e Vieira (2016) que sugerem que, os programas sociais focalizados em direcionar os benefícios às mulheres proporcionam maior autonomia feminina dentro do lar. Este fato é observado levando em consideração que as mulheres direcionam os gastos para os cuidados da própria família como alimentação, vestuário e materiais escolares (CARVALHO e ALVES, 2010; KAWAMURA, 2014).

Os domicílios chefiados por não brancos possuem uma participação maior da renda do trabalho principal do que os chefes brancos em 2017. Dessa forma, é possível sugerir que haja uma maior participação de rendimentos de programas sociais na composição da renda de domicílios chefiados por pessoas não brancas.

Os rendimentos de aposentadoria e pensões assim como os rendimentos advindos de alugueis e arrendamentos são maiores para os domicílios chefiados por pessoas que têm acima de 40 anos e, por outro lado, os rendimentos do trabalho e do Programa Bolsa Família têm maior peso sobre a renda das famílias chefiadas por pessoas mais novas.

Ao observar a composição da renda das famílias por nível de escolaridade, os resultados indicam que quanto mais anos de estudo, maior é a participação do rendimento do trabalho, em função dos maiores rendimentos de acordo com o aumento da qualificação (PAZELLO e FERNANDES, 2004). Em contrapartida, a participação dos programas sociais na renda das famílias reduz conforme a elevação da escolaridade. Este resultado pode indicar uma superação da dependência de programas sociais como o Programa Bolsa Família, tendo em vista que a permanência na escola faz parte das condicionalidades para continuidade do recebimento do auxílio (TAVARES, 2008; TEIXERA, 2010).

As regiões Norte e Centro Oeste são as regiões que possuem maior influência dos rendimentos do trabalho nos anos analisados. A renda advinda do Programa Bolsa Família tem maior participação na renda das famílias da região Nordeste, quando comparada com as demais regiões, seguida pela região Norte. Quanto aos alugueis e arrendamentos, esta parcela é mais relevante na renda dos domicílios situados nas regiões Sul, Centro Oeste e Sudeste.

Tabela 1 – Composição da renda por características específicas Brasil, 2016-2017 (%)

Variável	2016							2017						
	TRA	APP	ALD	SJD	BPC	PBF	OPS	TRA	APP	ALD	SJD	BPC	PBF	OPS
<i>Mulher</i>	52,2	36,7	2,9	1,1	1,3	1,9	0,2	54,2	38,0	2,9	1,3	1,3	1,9	0,2
<i>Homem</i>	72,8	18,3	2,9	1,4	0,6	0,2	0,1	74,0	19,9	3,2	1,8	0,6	0,2	0,1
<i>Branco</i>	66,8	23,8	3,5	1,4	0,4	0,2	0,1	67,3	25,8	4,0	1,9	0,4	0,2	0,1
<i>Não Branco</i>	65,8	24,4	2,0	1,1	1,3	1,3	0,2	67,9	25,8	2,0	1,2	1,4	1,3	0,2
<i>Estudo_0</i>	32,0	55,1	1,5	0,6	4,5	1,8	0,5	27,2	63,0	1,6	0,8	4,9	1,8	0,4
<i>Estudo_1_3</i>	43,5	44,4	2,4	1,0	2,7	1,9	0,4	44,0	46,4	3,1	1,2	2,8	2,0	0,3
<i>Estudo_4_7</i>	59,4	29,6	3,1	1,2	1,2	1,4	0,2	60,1	31,9	3,4	1,4	1,3	1,5	0,2
<i>Estudo_8_10</i>	69,7	20,2	3,0	1,4	0,6	1,1	0,2	71,5	21,5	3,2	1,4	0,7	1,3	0,1
<i>Estudo_11_14</i>	72,9	18,4	2,9	1,3	0,2	0,4	0,1	74,7	19,7	3,0	1,6	0,2	0,5	0,1
<i>Estudo_15</i>	75,0	16,7	3,0	1,5	0,0	0,0	0,0	76,0	18,4	3,3	2,1	0,0	0,0	0,0
<i>Até 24 anos</i>	83,0	6,4	1,2	3,1	0,4	2,0	0,2	86,7	7,0	0,7	2,4	0,5	2,4	0,1
<i>De 25 a 39 anos</i>	89,5	2,1	1,2	1,5	0,4	1,4	0,1	92,7	2,1	1,3	1,8	0,3	1,5	0,1
<i>De 40 a 59 anos</i>	79,7	11,2	2,8	1,2	0,6	0,7	0,1	81,6	12,4	3,0	1,4	0,6	0,7	0,1
<i>60 ou mais</i>	25,6	63,1	4,4	1,2	1,6	0,1	0,2	26,0	65,3	4,9	1,7	1,6	0,1	0,2
<i>Norte</i>	73,7	17,0	2,1	1,2	1,1	1,3	0,2	74,0	19,6	2,3	1,0	1,4	1,4	0,2
<i>Nordeste</i>	58,8	29,8	2,0	1,0	1,8	1,9	0,2	60,1	32,6	1,9	1,2	1,8	2,1	0,2
<i>Centro Oeste</i>	70,9	19,8	3,4	1,1	0,8	0,3	0,1	73,7	19,5	4,2	1,4	0,7	0,3	0,1
<i>Sudeste</i>	66,1	24,8	3,0	1,5	0,4	0,2	0,1	67,6	26,1	3,3	2,0	0,4	0,2	0,1
<i>Sul</i>	67,9	23,3	3,5	1,4	0,3	0,2	0,1	67,9	25,6	3,8	1,8	0,3	0,2	0,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados básicos da PNADC.

As medidas de desigualdade de renda e pobreza são apresentadas na Tabela 2. Os índices foram calculados com o somatório de todas as parcelas de rendimentos e também foi analisado sem o Benefício de Prestação Continuada, sem o Programa Bolsa Família, sem Outros Programas Sociais e sem quaisquer programas sociais, conforme a Tabela 2. O intuito deste procedimento foi observar a influência dos programas sociais na redução da desigualdade da distribuição da renda e pobreza.

Segundo apresentado na seção 1.3.2, quando o índice possuir parâmetro igual a 0, mostra-se a extensão da pobreza; quando for igual a 1 temos a intensidade da pobreza e, por fim, quando for igual a 2 temos a desigualdade entre os pobres (ou severidade da pobreza). Para mulheres, observa-se que a taxa de mulheres chefes de família pobres é, em termos relativos, menor que a taxa para os homens.



Tabela 2 – Índices de Desigualdade e Pobreza, Brasil 2016-2017

ÍNDICES	2016			2017		
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
Renda <i>per capita</i>	1447,40	2104,48	1842,67	1494,32	2235,41	1925,01
FGT (0)	17,085	8,757	12,211	18,806	9,988	13,844
FGT (1)	14,524	7,998	10,705	16,299	9,275	12,346
FGT (2)	13,815	7,774	10,279	15,605	9,055	11,919
Extrema Pobreza	14,242	7,881	10,519	15,791	9,096	12,023
Índice de Gini	0,577	0,569	0,579	0,585	0,575	0,588
Índice T de Theil	0,679	0,730	0,737	0,702	0,715	0,737
Índice L de Theil	0,303	0,394	0,372	0,283	0,378	0,354

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados básicos da PNADC.

No entanto, os índices FGT 1 e FGT 2, também apresentam maiores valores para os domicílios chefiados por mulheres, indicando maior severidade e intensidade da pobreza entre as chefes de família. O índice FGT 1 para mulheres indica que há um hiato dentro da pobreza maior entre os domicílios chefiados por mulheres do que entre os domicílios cujos chefes são homens, isto é, o valor médio das distâncias das rendas dos pobres em relação à linha da pobreza é maior para os domicílios chefiados por mulheres.

Ao tratar do índice FGT 2 podemos observar que a desigualdade entre os pobres é maior para os domicílios chefiados por mulheres, ou seja, a pobreza é mais severa entre as chefes do sexo feminino. O aumento da severidade da pobreza pode estar relacionado à queda da participação do Programa Bolsa Família, conforme a Tabela 1. Ademais, é possível observar, tanto o índice de Theil quanto o índice de Gini, que as diferenças entre homem e mulher é menor quanto à desigualdade de distribuição de renda. Dessa forma, os resultados indicam que houve um aumento da desigualdade na distribuição de renda do ano de 2016 para 2017.

Ao observar os índices de desigualdade e pobreza sem o Programa Bolsa Família, como consta na Tabela 3, estes indicam que há um aumento na incidência da pobreza. Este resultado sugere uma importância do Programa Bolsa Família no combate à redução da experiência da pobreza das mulheres. O mesmo movimento ocorre para os demais índices, apresentando indícios de elevação de desigualdade de distribuição de renda no caso de ausência do PBF.

Tabela 3 – Índices de Desigualdade e Pobreza, sem rendimentos de programas sociais, Brasil 2016-2017

ÍNDICES	2016			2017		
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
<b>Sem PBF</b>						
Renda <i>per capita</i>	1365,53	2012,42	1760,08	1463,19	2226,37	1906,72
FGT (0)	20,413	9,016	13,743	22,445	10,292	15,606
FGT (1)	19,374	8,298	12,891	21,337	9,646	14,758
FGT (2)	19,064	8,088	12,640	21,013	9,459	14,511
Extrema Pobreza	19,170	8,147	12,718	21,160	9,523	14,611
Índice de Gini	0,590	0,570	0,585	0,598	0,577	0,593
Índice T de Theil	0,713	0,734	0,751	0,738	0,718	0,752
Índice L de Theil	0,187	0,388	0,314	0,282	0,369	0,290
<b>Sem BPC</b>						
Renda <i>per capita</i>	1374,04	2012,54	1758,13	1471,24	2216,85	1904,56
FGT (0)	19,056	9,789	13,633	20,587	10,958	15,169
FGT (1)	16,196	8,971	11,968	17,836	10,185	13,531
FGT (2)	15,410	8,724	11,497	17,121	9,958	13,090
Extrema Pobreza	15,972	8,855	11,806	17,579	10,063	13,350
Índice de Gini	0,588	0,574	0,586	0,596	0,580	0,595
Índice T de Theil	0,701	0,742	0,752	0,725	0,726	0,753
Índice L de Theil	0,293	0,386	0,361	0,271	0,368	0,342
<b>Sem Outros Programas</b>						
Renda <i>per capita</i>	1388,93	2023,19	1770,48	1488,17	2228,30	1918,30
FGT (0)	17,613	8,942	12,538	19,189	10,123	14,087
FGT (1)	14,827	8,171	10,931	16,491	9,391	12,495
FGT (2)	14,066	7,931	10,475	15,794	9,171	12,067
Extrema Pobreza	14,613	8,055	10,775	16,234	9,275	12,318
Índice de Gini	0,579	0,570	0,580	0,586	0,576	0,589
Índice T de Theil	0,682	0,733	0,740	0,705	0,717	0,739
Índice L de Theil	0,303	0,393	0,371	0,281	0,377	0,352
<b>Sem Programas Sociais</b>						
Renda <i>per capita</i>	1343,84	2006,69	1742,58	1440,29	2210,86	1888,11
FGT (0)	22,319	10,102	15,169	24,248	11,326	16,976
FGT (1)	21,323	9,397	14,343	23,170	10,684	16,144
FGT (2)	21,014	9,179	14,087	22,853	10,492	15,897
Extrema Pobreza	21,099	9,241	14,159	22,977	10,557	15,988
Índice de Gini	0,602	0,576	0,593	0,610	0,582	0,601
Índice T de Theil	0,740	0,746	0,769	0,764	0,729	0,769
Índice L de Theil	0,168	0,375	0,298	0,147	0,356	0,274

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados básicos da PNADC.

O cálculo realizado sem o Benefício de Prestação Continuada e Outros Programas Sociais sugere que há aumento da pobreza e desigualdade na distribuição de renda na ausência do recebimento dos mesmos, entretanto com impacto menor, se comparado à ausência do benefício do PBF.

Ao retirarmos todos os programas sociais e realizando o cálculo apenas com os rendimentos advindos do trabalho, aposentadorias e pensões, alugueis e arrendamentos e outros rendimentos, é possível observar um aumento da incidência da pobreza e extrema pobreza nos dois anos e para ambos os sexos, assim como uma redução da renda per capita dos domicílios analisados. Ademais, os resultados apontam um maior impacto da ausência dos rendimentos de programas sociais na renda feminina, assim como uma maior severidade e intensidade da pobreza entre as chefes de família do sexo feminino. Este fato pode ser explicado em função do maior controle monetário por parte das mulheres através de uma organização financeira mais sofisticada, além de serem as principais titulares no recebimento dos programas sociais<sup>14</sup> (SOLIEN, 1965).

Ao analisar a importância dos programas sociais para os rendimentos dos domicílios brasileiros, os resultados sugerem que a ausência destes eleva a desigualdade da distribuição de renda em ambos sexos e ocasiona uma redução da renda per capita. Este fato pode ser visto através do aumento dos índices de Gini e Theil quando observado com a presença e ausência dos programas sociais.

De acordo com o observado na Tabela 4, nos dois anos analisados a maioria dos domicílios são chefiados por homens. A idade média dos chefes de família do sexo masculino é de 48,42 anos e para as mulheres chefes de família a média é de 50,5 anos. Quanto à raça, o número de homens brancos chefes de domicílio é superior nos dois anos.

Sobre os rendimentos, é possível observar que a média da renda per capita dos homens é superior a renda das mulheres nos dois anos analisados. O número de domicílios beneficiários do Programa Família confere uma redução de 2016 para 2017, em que 14% da amostra observada participava do programa e, por outro lado, em 2017, cerca de 13% dos domicílios eram beneficiários. Nota-se que, para os dois anos, o número de domicílios chefiados por mulheres que estejam participando do mercado de trabalho aumentou, o contrário é observado para os chefes de domicílio do sexo masculino.

Em relação ao nível de escolaridade, a qualificação feminina, embora maior proporcionalmente, o número de mulheres com mais anos de estudos é menor relativamente comparadas aos homens. No entanto, para ambos os anos, a média de anos de estudo é de 7,88 anos. Quanto à situação de moradia, há que aproximadamente 86% da população analisada é residente em domicílios urbanos.

A Tabela 5 apresenta as características das famílias consideradas pobres no Brasil, isto é, famílias que possuem rendimento mensal per capita menor ou igual à R\$170,00<sup>15</sup>. Em 2016, cerca de 56,1% dos domicílios pobres eram chefiados por homens e, no ano seguinte, os resultados apontam um aumento do número de domicílios chefiados por mulheres que estão em situação de pobreza.

<sup>14</sup> Ver Tabela 1.1.

<sup>15</sup> Valores nominais em reais deflacionados aos preços de 2017.

Tabela 4 – Média das variáveis, Brasil, 2016 e 2017

VARIÁVEIS	2016			2017		
	TOTAL	MULHER	HOMEM	TOTAL	MULHER	HOMEM
<i>sexo</i>	0,585	-	-	0,563	-	
<i>branco</i>	0,455	0,447	0,461	0,446	0,439	0,452
<i>idade_24</i>	0,038	0,041	0,036	0,041	0,044	0,039
<i>idade_25_39</i>	0,273	0,248	0,291	0,271	0,253	0,285
<i>idade_40_59</i>	0,417	0,401	0,429	0,415	0,400	0,426
<i>idade_60</i>	0,272	0,310	0,244	0,273	0,303	0,250
<i>estudo_0</i>	0,113	0,119	0,109	0,100	0,104	0,097
<i>estudo_1_3</i>	0,094	0,092	0,095	0,092	0,088	0,095
<i>estudo_4_7</i>	0,232	0,224	0,238	0,239	0,233	0,243
<i>estudo_8_10</i>	0,134	0,130	0,137	0,133	0,129	0,137
<i>estudo_11_14</i>	0,295	0,297	0,293	0,300	0,303	0,298
<i>estudo_15</i>	0,132	0,138	0,128	0,136	0,143	0,130
<i>participa</i>	0,674	0,531	0,775	0,668	0,538	0,769
<i>filho</i>	0,604	0,622	0,592	0,605	0,623	0,590
<i>urbana</i>	0,866	0,913	0,833	0,868	0,914	0,833
<i>norte</i>	0,068	0,065	0,071	0,070	0,066	0,072
<i>nordeste</i>	0,259	0,275	0,248	0,258	0,267	0,251
<i>sul</i>	0,154	0,149	0,158	0,156	0,154	0,157
<i>sudeste</i>	0,445	0,438	0,451	0,445	0,441	0,449
<i>centrooeste</i>	0,073	0,073	0,072	0,071	0,071	0,071
<i>PBF</i>	0,140	0,151	0,132	0,134	0,144	0,127
<i>bpc</i>	0,016	0,021	0,012	0,015	0,019	0,012
<i>outprgs</i>	0,005	0,007	0,004	0,004	0,005	0,003
<i>apopen</i>	0,299	0,382	0,240	0,299	0,368	0,245
<i>aluarr</i>	0,042	0,040	0,044	0,044	0,040	0,047
<i>trim1</i>	0,246	0,242	0,249	0,249	0,245	0,251
<i>trim2</i>	0,251	0,248	0,253	0,250	0,251	0,250
<i>trim3</i>	0,249	0,250	0,248	0,251	0,251	0,252
<i>trim4</i>	0,254	0,261	0,250	0,250	0,253	0,247
<i>ano17</i>	0,000	0,000	0,000	1,000	1,000	1,000
<i>ano16</i>	1,000	1,000	1,000	0,000	0,000	0,000
<i>Observações</i>	151275	60274	91001	151641	63514	88127

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados básicos da PNADC.

Aproximadamente 25% das pessoas com rendimento domiciliar mensal per capita são brancas. Sendo assim, podemos observar que domicílios chefiados por pessoas não brancas são mais afetados pela pobreza do que os chefiados por pessoas brancas. A idade média dos chefes de domicílio considerados pobres é de 41 anos, tanto para homens quanto para mulheres e a renda domiciliar per capita média é de R\$70,71, apresentando declínio entre os dois anos. Dentre os domicílios pobres analisados na amostra, mais de 74% daqueles chefiados por mulheres e mais de 65% dos chefiados por homens têm filhos.

O Programa Bolsa Família nas famílias pobres sofreu uma redução de 3,88% de 2016 para 2017. Nos anos observados, o programa abrange pouco mais da metade das famílias consideradas pobres. Assim sendo, os dados indicam que a redução dos benefícios do Programa Bolsa Família foi maior para as mulheres, que caem de 59,1% em 2016 para 56,4% em 2017.

Tabela 5 – Características dos domicílios pobres no Brasil – 2016 e 2017

<i>variáveis</i>	2016			2017		
	TOTAL	MULHER	HOMEM	TOTAL	MULHER	HOMEM
<i>sexo</i>	0,561	-	-	0,540	-	-
<i>branco</i>	0,254	0,239	0,265	0,252	0,248	0,256
<i>idade_24</i>	0,071	0,082	0,063	0,082	0,093	0,072
<i>idade_25_39</i>	0,402	0,419	0,389	0,387	0,402	0,375
<i>idade_40_59</i>	0,452	0,425	0,473	0,447	0,412	0,477
<i>idade_60</i>	0,075	0,074	0,076	0,084	0,093	0,076
<i>estudo_0</i>	0,183	0,149	0,209	0,159	0,131	0,182
<i>estudo_1_3</i>	0,166	0,136	0,189	0,159	0,126	0,187
<i>estudo_4_7</i>	0,306	0,313	0,301	0,317	0,319	0,316
<i>estudo_8_10</i>	0,146	0,168	0,128	0,159	0,177	0,143
<i>estudo_11_14</i>	0,180	0,213	0,154	0,182	0,216	0,153
<i>estudo_15</i>	0,019	0,020	0,018	0,025	0,030	0,020
<i>filho</i>	0,728	0,783	0,685	0,698	0,747	0,657
<i>participa</i>	0,628	0,461	0,758	0,605	0,471	0,720
<i>urbana</i>	0,654	0,782	0,553	0,671	0,783	0,576
<i>norte</i>	0,120	0,103	0,134	0,113	0,103	0,122
<i>nordeste</i>	0,530	0,525	0,533	0,518	0,499	0,533
<i>sul</i>	0,063	0,063	0,064	0,071	0,071	0,071
<i>sudeste</i>	0,248	0,267	0,234	0,259	0,285	0,238
<i>centrooeste</i>	0,038	0,042	0,036	0,039	0,042	0,036
<i>bpc</i>	0,003	0,004	0,002	0,001	0,001	0,001
<i>PBF</i>	0,561	0,591	0,537	0,540	0,564	0,520
<i>outprgs</i>	0,012	0,016	0,010	0,009	0,012	0,006
<i>apopen</i>	0,079	0,136	0,034	0,071	0,121	0,028
<i>aluarr</i>	0,003	0,005	0,002	0,006	0,004	0,007
<i>trim1</i>	0,259	0,271	0,250	0,264	0,271	0,257
<i>trim2</i>	0,250	0,246	0,252	0,268	0,262	0,273
<i>trim3</i>	0,243	0,236	0,248	0,234	0,236	0,233
<i>trim4</i>	0,249	0,248	0,250	0,234	0,231	0,236
<i>ano17</i>	0,000	0,000	0,000	1,000	1,000	1,000
<i>ano16</i>	1,000	1,000	1,000	0,000	0,000	0,000
<i>Observações</i>	14657	5714	8943	14901	6124	8777

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados básicos da PNADC.

Por outro lado, a média de anos de estudo das pessoas que em condição de pobreza aumenta. Em 2016, as mulheres tinham, em média, 6,03 anos de estudos e os homens estudaram por 4,98 anos. Ao passo que, em 2017, a média de anos de estudos da mulher é de 6,32 anos e dos homens 5,22 anos de estudo. Ademais,

é possível observar que as mulheres possuem maior participação nos níveis de escolaridade mais altos, ou seja, chefes de domicílio do sexo feminino consideradas pobres possuem mais anos de estudo, do que os homens com renda menor ou igual à R\$170,00.

Quanto a localização destas famílias, cerca de mais de 78% das mulheres e 56% dos homens pobres vivem em região urbana, indicando que, para as famílias chefiadas por mulheres, a pobreza está mais presente na região urbana e, para os homens, a pobreza é maior dentro das famílias residentes nas regiões rurais do Brasil. Este fato pode ser entendido em função da composição das famílias urbanas que, muitas das vezes, são monoparentais. Por fim, entre as macrorregiões brasileiras, a região Nordeste é a região em que há a maior concentração da amostra analisada, cerca de 52% dos pobres, seguido por aproximadamente 12% na região norte. A região com menor concentração de famílias consideradas pobres é a região sul, com 6,7% da amostra analisada.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na Tabela 6 podem ser observadas as estimativas do modelo logit em razões de chance<sup>16</sup> para avaliar as chances de o domicílio se encontrar em situação de pobreza e, para aprofundar a discussão sobre desigualdade na incidência de pobreza, foram realizadas estimações por gênero também. Em conformidade com o resultado anterior para índices de desigualdade e pobreza, podemos encontrar que o chefe de domicílio do sexo masculino tem chances menores de ser pobre do que a mulher chefe de domicílio. Segundo os resultados encontrados, podemos averiguar que, quanto à raça, as mulheres chefes de família brancas chances menores de estarem vivenciando a pobreza em relação às mulheres não brancas.

Para a idade, observa-se que conforme maior a faixa etária dos chefes de domicílio, menores são as suas chances de serem considerados pobres, para ambos os sexos. Os resultados apontam que mulheres com filhos possuem chances maiores de estarem em situação de pobreza do que os homens.

Quando analisamos por nível de escolaridade, observa-se que quanto mais anos de estudos o chefe de domicílio possuir, menor é sua chance de estar vivendo na pobreza. Para os demais níveis de escolaridade, as chances de os domicílios chefiados por mulheres estarem na pobreza é maior, quando comparada aos domicílios chefiados por homens com a mesma quantidade de anos de estudo. É possível observar que para mulheres mais qualificadas, as chances de estarem fora da pobreza é substancialmente maior.

Sobre rendimentos, vemos que as chances para domicílios chefiados por mulheres que possuem rendas advindas de aposentadorias ou pensões de não estarem em situação de pobreza são menores, comparadas às chances dos domicílios chefiados por homens. Através do modelo estimado, observamos que os efeitos do Benefício de Prestação Continuada sobre a pobreza são menores para os domicílios cujos chefes sejam do sexo masculino. Grande parte em função do valor do benefício ser maior que a linha de pobreza. Os efeitos encontrados são positivos para o Programa Bolsa Família e Outros Programas Sociais. Observa-se

<sup>16</sup> Os valores apresentados na Tabela 6 estão em razão de chance, o que implica na subtração do valor por 1 e multiplicar o valor por 100 para encontrar as razões de chances de cada variável.

que as chances dos chefes de domicílio beneficiários do Programa Bolsa Família são maiores de estar na pobreza do que um domicílio que não recebe. Este resultado pode ser explicado em função do atendimento do público alvo do programa que, por definição, são pessoas vulneráveis economicamente

Tabela 6 – Resultado da estimação do modelo logit em razões de chance de o domicílio estar em situação de pobreza

Determinante	TOTAL			2016			2017		
	Total	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem
<i>sexo</i>	0,931***	-	-	0,925*	-	-	0,940	-	-
<i>branco</i>	0,841***	0,835***	0,850***	0,857***	0,814***	0,888*	0,828***	0,853**	0,817*
<i>idade_25_39</i>	0,777***	0,834**	0,708***	0,812***	0,899	0,728***	0,751***	0,784**	0,692***
<i>idade_40_59</i>	0,543***	0,523***	0,527***	0,566***	0,550***	0,550***	0,525***	0,503***	0,506***
<i>idade_60</i>	0,258***	0,214***	0,338***	0,243***	0,185***	0,351***	0,274***	0,245***	0,327***
<i>estudo_1_3</i>	0,955	0,951	0,967	0,955	0,977	0,949	0,952	0,916	0,982
<i>estudo_4_7</i>	0,736***	0,803***	0,708***	0,731***	0,813**	0,688**	0,740***	0,786**	0,731***
<i>estudo_8_10</i>	0,578***	0,662***	0,526***	0,562***	0,656***	0,506	0,593***	0,662***	0,546***
<i>estudo_11_14</i>	0,359***	0,400	0,337***	0,376***	0,419***	0,354***	0,344***	0,381***	0,322***
<i>estudo_15</i>	0,169***	0,181***	0,161***	0,155***	0,155***	0,160***	0,181***	0,199***	0,161***
<i>filho</i>	0,762***	0,837***	0,728***	0,819***	0,908***	0,779***	0,713***	0,779***	0,681***
<i>participa</i>	0,320***	0,471***	0,149***	0,318***	0,456**	0,154***	0,321***	0,485***	0,145***
<i>urbana</i>	0,561***	0,660***	0,511***	0,526***	0,645***	0,466***	0,597***	0,672***	0,562***
<i>nordeste</i>	1,154***	1,186***	1,122***	1,120*	1,215**	1,070	1,189***	1,161*	1,179***
<i>sul</i>	0,500***	0,531***	0,477***	0,445***	0,504***	0,414***	0,556***	0,555***	0,547***
<i>sudeste</i>	0,676***	0,781***	0,605***	0,644***	0,773**	0,575***	0,708***	0,788***	0,637***
<i>centrooeste</i>	0,481***	0,544***	0,431***	0,448***	0,524***	0,399***	0,515***	0,565***	0,465***
<i>bpc</i>	0,037***	0,069***	0,012***	0,053***	0,109***	0,014***	0,021***	0,030***	0,010***
<i>PBF</i>	4,185***	4,498***	3,978***	4,075***	4,320***	3,882***	4,306***	4,672***	4,093***
<i>outprgs</i>	0,894	1,128	0,564***	0,794	1,047	0,509***	1,041	1,227	0,646***
<i>apopen</i>	0,146***	0,282***	0,032***	0,163***	0,315***	0,036***	0,132***	0,254***	0,028***
<i>aluarr</i>	0,199***	0,199***	0,182***	0,145***	0,220***	0,086***	0,247***	0,180***	0,277***
<i>ano17</i>	1,067**	1,064	1,058**	-	-	-	-	-	-
<i>_cons</i>	1,385***	0,766**	3,160***	1,400***	0,716*	3,185***	1,447***	0,864*	3,281***
<i>Observações</i>	302 916	123 788	179 128	151 275	60 274	91 001	151 641	63 514	88 127

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados básicos da PNADC. Nota: p<0.05, \*\* p<0.01, \*\*\* p<0.001\*\*\*, \*\*, \*, indica o nível de significância.

Verifica-se que sobre a experiência da pobreza para beneficiários do BPC, as chances da mulher chefe de domicílio estar em situação de pobreza são maiores do que para os domicílios chefiados por homens.

Para a condição de domicílio, temos que os domicílios situados nas regiões rurais estão mais sujeitos a estarem em situação de pobreza. As chances dos domicílios urbanos chefiados por mulheres são menores de serem pobres e os chefiados por homens têm chances menores. E, quanto às macrorregiões brasileiras, nota-se a predominância dos efeitos positivos na Região Nordeste, para domicílios chefiados por mulheres e homens, respectivamente, em relação à Região Norte. Estes resultados permitem avaliar que a Região Nordeste tem maior

chance de estar vivenciando a pobreza, isto é, em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica que as demais regiões, cujos efeitos foram todos menores do que a Região Norte, tomada como categoria de referência.

Portanto, os resultados do trabalho sugerem que os domicílios chefiados por pessoas do sexo feminino, não brancos, moradores em domicílios rurais, ou moradores da Região Nordeste possuem mais chances de estarem em situação de pobreza. As estimativas denotam relevância quanto ao acesso aos estudos, indicando que quanto mais anos de estudos, menores são as chances de os domicílios serem considerados pobres.

Neste sentido, as estimativas indicam importância dos programas sociais no rendimento per capita dos domicílios chefiados por mulheres assim como o aumento dos níveis educacionais das mulheres também se torna um mecanismo de redução da desigualdade na distribuição de renda e no combate à pobreza. Este fato sugere que a educação é um meio de superação de pobreza e que, quanto mais qualificada a chefe de domicílio, maiores as chances da superação da experiência da pobreza dos domicílios chefiados por mulheres (ABENDRONTH, HUFFMAN e TREAS, 2014).

Em conformidade com o encontrado neste trabalho, é possível observar que os programas sociais, em especial o Programa Bolsa Família, tem sido focalizado, atingindo de fato os domicílios mais pobres e atuando como auxílio na superação da pobreza e redução da desigualdade na distribuição de renda. No entanto, como observado através da variável binária de ano, há um aumento da pobreza entre 2016 e 2017.

O resultado apresentado vai de encontro com o observado por Cavalcanti et. al. (2015), que utiliza os dados do Censo Demográfico Amostral, para avaliar o impacto do Programa Bolsa Família nas horas ofertadas de trabalho e na renda das famílias. Os autores sugerem que os rendimentos do trabalho são relativamente menores para os beneficiários do Programa Bolsa Família, o que indica uma participação expressiva do PBF na composição da renda.

Quanto ao Programa Bolsa Família, podemos interpretar que os beneficiários do programa consistem, em sua maioria, de pessoas abaixo da linha de pobreza, portanto, primeiramente estarão sendo considerados pobres para receberem o benefício. Discutindo por gênero, temos que a mulher beneficiária tem quatro vezes mais chances e o homem possui duas vezes mais chances de ser pobre. Esse resultado evidencia as chances de a mulher pobre ser a titular do recebimento do programa e, de certo modo, de sua maior dependência de programas sociais. Ferrario (2013) e Campara e Vieira (2016) verificam que os benefícios, em sua maioria, são nomeados às mulheres e isso pode ser explicado pelo maior cuidado com a estrutura domiciliar por parte das mulheres. Portanto, presume-se que a mulher usará o benefício adquirido focalizando no suprimento das necessidades do lar como, por exemplo, alimentação (KAWAMURA, 2014), moradia e artigos escolares.

A partir dos resultados encontrados, é possível sugerir políticas de apoio aos indivíduos socioeconomicamente vulneráveis voltadas para a superação da situação de pobreza e desigualdade na distribuição de renda. Uma vez gerado um mecanismo de superação da pobreza, como incentivos ao mercado de trabalho, fomento da educação financeira, criação de postos de trabalho e outros, não haverá a necessidade da dependência de programas sociais, quebrando a



continuidade na situação de pobreza ao longo dos anos. Assim como mecanismos de superação, é válido direcionar atenção aos processos burocráticos dos Programa Bolsa Família e de suas condicionalidades, reforçando eficientemente as exigências para permanência e inserção no programa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi avaliar os efeitos dos programas sociais sobre atendimento imediato à situação de pobreza e na redução da desigualdade da distribuição de renda nos anos de 2016 e 2017 no Brasil. Os resultados encontrados permitem observar que os domicílios chefiados por mulheres possuem uma parcela maior de suas rendas advindas de programas sociais como o Programa Bolsa Família e, ao comparar com os demais rendimentos, o benefício tem contribuição expressiva para a renda domiciliar das chefes de família brasileiras. Sendo assim, é possível identificar previamente uma contribuição positiva por parte de programas sociais para o rendimento dos domicílios que são chefiados por mulheres, proporcionando maior autonomia sobre a renda e direcionamento do benefício aos gastos com a família.

Quanto ao rendimento de todos trabalhos, observa-se que esta fonte de renda é menos expressiva para domicílios chefiados por mulheres do que para os chefiados por homens. É possível a suposição de que este fator seja advindo da desigualdade salarial entre gênero, além da dinâmica familiar em que são atribuídos à mulher os afazeres domésticos e cuidado dos filhos, impossibilitando sua oferta de trabalho em período integral.

Em relação à raça, os domicílios chefiados por brancos possuem maior participação em seus rendimentos do trabalho principal e, por outro lado, os domicílios chefiados por não brancos têm em suas rendas maior participação dos programas sociais, do que os chefes de domicílio brancos. Quando analisado por nível de escolaridade, observou-se que maiores anos de estudo implicam em menor participação de programas sociais e maior participação dos rendimentos do trabalho, o que pode comprovar a hipótese de que a elevação da escolaridade pode romper a dependência de programas sociais.

Os índices de desigualdade encontrados permitiram avaliar a desigualdade na distribuição de renda por sexo, que apresenta níveis elevados indicando uma desigualdade na distribuição de renda ainda alta no país. No entanto, os índices de Gini e Theil para os domicílios chefiados por mulheres indicam maior desigualdade do que os encontrados para os domicílios chefiados por homens.

Em relação às medidas FGT, podemos observar que a pobreza se encontra mais intensa nos domicílios chefiados por mulheres do que entre os chefiados por homens. E quanto ao impacto dentre os mais pobres, foi encontrado que pobreza é mais severa também entre as mulheres. Através dos índices de pobreza, verifica-se que os custos para reduzir a pobreza nos domicílios chefiados por mulheres é substancialmente maior do que para os domicílios chefiados por homens.

Ao analisar os índices de pobreza e desigualdade sem os programas sociais, os resultados apontaram que os índices elevam de maneira significativa assim como ocorre uma redução na renda domiciliar per capita. Portanto, é possível sugerir que os programas sociais são focalizados e contribuem no combate à pobreza e auxilia na redução da desigualdade na distribuição de renda. No entanto, vale

ressaltar que a elevação dos índices se torna mais sutil para os domicílios chefiados por homens do que para os domicílios chefiados por mulheres, o que reforça a importância de políticas públicas sociais voltadas para o público feminino, no intuito de promover alívio da pobreza e redução da desigualdade na distribuição de renda das mulheres.

O modelo logit estimado para observar as chances de os domicílios estarem em situação de pobreza apresentou efeito positivo das políticas sociais, apresentando indícios de que estas sejam focalizadas, indo de acordo com o observado com os índices de desigualdade e pobreza. Este fato indica que o público alvo dos programas sociais são os domicílios considerados pobres e que, aqueles chefiados por mulheres representam a maior parte dos beneficiários, seja por vulnerabilidade socioeconômica ou por titularidade dos benefícios.

Ao observar entre os anos de 2016 e 2017, em conformidade com os índices FGT, Gini e Theil apresentados, é possível concluir que a desigualdade na distribuição de renda e a pobreza no Brasil se elevaram dentro do período analisado, de forma mais agravante para os domicílios chefiados por mulheres. Levando em consideração a linha de pobreza utilizada neste trabalho de 170 reais per capita, foi possível perceber que as famílias consideradas pobres vivem em condições precárias de renda, ressaltando a importância da política social, assim como sua abrangência, na composição do rendimento desta parcela da população.

Sobre as características dos indivíduos, foi observado que chefes de família não brancos, moradores da região rural, e da Região Nordeste, são os maiores afetados pelo fenômeno da pobreza. Quanto aos anos de estudo dos chefes de domicílio, as estimativas indicaram que, quanto mais anos de estudo o indivíduo possuir, menores serão as suas chances de ser pobres. Este resultado, em especial, reflete a necessidade de investimentos em educação como parte de um conjunto de medidas para promover o alívio da pobreza a médio e longo prazo. Vale propor também uma perspectiva de alívio de pobreza direcionada para gênero, uma vez que as mulheres predominam nos cadastros de políticas sociais e se encontram em situação de desigualdade salarial e menor participação no mercado de trabalho.

---

## The role of social programs in combating poverty and inequality in income distribution in Brazil

### ABSTRACT

This chapter objective to analyze the effects of social policies in the fight against poverty and income inequality in Brazil in the years 2016 and 2017. The microdata of the PNAD (National Household Sample Survey) were used in order to find the heads of households are living in poverty and observe the participation of social programs in the income of these individuals. For this purpose, a logit model estimation and inequality and poverty index calculations were performed. The results show that there is income inequality by gender and that female heads of households have a greater share of their income in social programs than men. When analyzed by schooling, the participation of social programs in income reduces as the number of years of study increases. The intensity and severity of poverty were found to be higher among female heads of households. For social programs, the estimates show their positive effects on the immediate relief of poverty. However, it was found that heads of household non-white, residents of the rural region and the Northeast of Brazil have a greater chance of experiencing poverty in Brazil.

**KEYWORDS:** poverty, Bolsa Família Program, logit model, inequality.

## REFERÊNCIAS

- ABENDROTH, A. K.; HUFFMAN, M. L.; TREAS, J. The parity penalty in life course perspective: motherhood and occupational status in 13 European countries. *American Sociological Review*, v. 79, n. 9, 2014.
- AMIS, P. Thinking about chronic urban poverty. IDPM, University of Manchester, 2002
- ARBACHE, J. S. Pobreza e mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas. Brasília: Cepal, DFID, 2003, p.9-115.
- ATKINSON, A.B. Poverty In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. *Social Economics*. New York: London, 1989.
- AZEVEDO, D. C.; BURLANDY, L. Políticas de combate à pobreza no Brasil: concepções e estratégias. *Katal*, Florianópolis, v.13, n.2, p.201-209, jul./dez. 2010.
- BARRIENTOS, A.; HULME, D.; SHEPHERD, A. Can social protection tackle chronic poverty?. *The European Journal of Development Research*. v.17, n.1, p.8-23, 2005.
- BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA. 2 v. 2007.
- BAULCH, B.; MASSET, E. Do monetary and nonmonetary indicators tell the same story about chronic poverty? A study of Vietnam in the 1990s. *World Development*, v.31, n.3, p.441-453, mar. 2003.
- BIRD, K.; SHEPHERD, A. Livelihoods and chronic poverty in semi-arid Zimbabwe. *World Development*, v. 31, n. 3, p. 591-611, Mar. 2003.
- BRASIL. Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa família e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 12 jan. 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm). Acesso em: 20 de fev. de 2019.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Bolsa Família: Transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social. Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Cartilhas/Cartilha\\_PBF\\_2015.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf)> Acesso em 22 abr. 2019.

CACCIAMALI, M. C. TATTEI, F. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. In: Revista Estudos Avançados. Vol. 30, no. 87. São Paulo, mai/ago. 2016.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. Microeconometrics: methods and applications. New York: Cambridge University Press, 2005.

CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K. M.. Beneficiários do Programa Bolsa Família: relações com as finanças e impacto na satisfação global de vida. Nova Economia, [s.l.], v. 26, n. 3, p.981-1006, dez. 2016.

CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D. As relações entre o consumo das famílias brasileiras, ciclo de vida e gênero. In: Encontro Nacional De Estudos Populacionais, 17, 2010, Caxambu. Anais... Caxambu: ABEP, 2010.

CITRO, C. F; ROBERT, T. M. Measuring Proverty: A new approach. National Academy Press, Washington DC. 1995.

CAVALCANTI, D. M. et al. Impacts of Bolsa Família Programme on income and working offer of the poor families: an approach using the treatment of quantile effect. Economia Aplicada, [s.l.], v. 20, n. 2, , 30 jun. 2016.

FERRARIO, M. N. Análise do impacto dos programas de transferência de renda sobre as despesas familiares com o consumo. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo (ESALQ), 2013.

FERREIRA, F. H. et al. Ascensão e queda na desigualdade de renda no Brasil. Econômica, v. 8, n.1, 2006.

FOSTER, J. E; GREER, J.; THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. Econometrica, v. 52, n. 3, p. 761-766, 1984.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: 23ª. Ed. São Paulo: Nacional, 1989.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELOS, M. A. S.; TONETE JÚNIOR, R. Economia brasileira contemporânea, 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOODHAND, J. Enduring disorder and persistent poverty: a review of the linkages between war and chronic poverty. World Development, v. 31, n. 3, p. 631-648, 2003.

HOFFMANN, R. Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. *Econômica*, v. 8, n. 1, p. 55-81, jun. 2006.

\_\_\_\_\_. A desigualdade relevante não caiu de 2014 a 2015. *IEPE/Casa das Garças*, Rio de Janeiro, n. 37, 2016.

HULME, D.; SHEPHERD, A. Conceptualizing chronic poverty. *World Development*, v. 31, n. 3, p. 403-423, Mar. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADC) (Microdados), 2018.

KAWAMURA, Henrique Coelho. Efeitos do Programa Bolsa Família no consumo de nutrientes e índices Antropométricos. 2014. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014. doi: 10.11606/T.11.2014.tde-02062014-172518. Acesso em: 2019-09-14.

KERSTENETZKY, C. L. Políticas sociais: focalização ou universalização. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 564-574, out./dez. 2006.

\_\_\_\_\_. Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do Programa Bolsa Família. Dados, *Revista de Ciências Sociais*, vol. 52, nº 1, pp. 53-83. 2009.

LERMAN, R. I.; S. YITZHAKI. Income inequality effects by income source: A new approach and applications to the United States. *Review of Economics and Statistics*, v. 67, 151–156, 1985.

MACHADO, A. F.; RIBAS, R. P. Do changes in the labour market take families out of poverty? Determinants of exiting poverty in Brazilian metropolitan regions. *Journal of Development Studies*, v. 46, p. 1.503-1.522, 2010.

\_\_\_\_\_; PENIDO, M. Mobilidade entre estados de pobreza e inserção no mercado de trabalho: uma análise para o Brasil metropolitano em 2004. *Economia Aplicada*, v.11, n.2, p.253-279, 2007.

MAURIEL, A. P. Combate à pobreza e (des)proteção social: dilemas teóricos das “novas” políticas sociais. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 48-71, 2006

McKAY, A.; LAWSON, D. Chronic poverty: a review of current quantitative evidence. Chronic Poverty Research Centre (CPRC), n.15, 2002.

\_\_\_\_\_. Assessing the Extent and Nature of Chronic Poverty in Low Income Countries: Issues and Evidence. University of Nottingham, UK. World Development, n. 3, p. 425–439, 2003.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Bolsa família. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 23dez. de 2018.

MERCADANTE, A. As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010). 2010. 537f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PAZELLO, E. T.; FERNANDES, R. A maternidade e a mulher no mercado de trabalho: Diferença de comportamento entre mulheres que têm e mulheres que não têm filhos. In: Encontro Da Associação Nacional De Pós-Graduação Em Economia, 31., 2004, João Pessoa. Anais... João Pessoa: ANPEC, 2004.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018), Rio de Janeiro: IBGE (Notas técnicas: versão 1.5, 3. ed., 2018).

POCHMANN, M. Desempenho econômico conjuntural e a situação recente do trabalho no brasil. Revista Necat, UFSC, v. 7, n. 13, 2018.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. Transferência de renda focalizadas nos pobres – O BPC versus o Bolsa Família. Sinais Sociais, v. 3, n. 8, p. 150-186, set./dez. 2008.

SAHN, D.; STIFFEL, D. Poverty comparisons over time and across countries in Africa. World Development, v. 28, p. 2.123-2.155, 2000.

SANTOS, L. M. N. Pobreza como privação de liberdade: um estudo de caso na favela do Vidigal no Rio de Janeiro. 191 p. Monografia (Conclusão de Pós-Graduação em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SEN, A. The Standard of living. Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

SHORROCKS, A. F. Inequality decomposition by factor components. *Econometrica*. 50, p.193–212, 1982.

SOLIEN, N. L. “The consanguineal household and matrifocality”, *American Anthropologist*, New series, 67(6), 1965.

TAVARES, P. A. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. In: XIII Seminário Sobre Economia Mineira – Economia, História, Demografia E Políticas Públicas. Diamantina, MG, 2008.

TEIXEIRA, C. G. Análise da heterogeneidade do Programa Bolsa Família na oferta de trabalho dos homens e das mulheres. *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios/IPEA*. Volume 2, capítulo 4. Brasília, 2010.

THE INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANKS (IADB). *The path out of poverty: The Inter-American Development Bank’s approach to reducing poverty*. Sustainable Development Department of IADB, Washington, 1998.

TOWNSEND, P. The meaning of Poverty. *The British Journal Of Sociology*, 13(2):210-27, set. 1962.

VIANNA, M. L. W. A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica? *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2008, p. 120-145.

VILLALOBOS, V. S. O estado de bem-estar social na América Latina: necessidade de redefinição. *Caderno Adenauer 1: pobreza e política social*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000, p.49-69.

WOOD, G. Staying secure, staying poor: the “Faustian Bargain”. *World Development*, v.31, n.3, 2003, p.455-471.

WORLD BANK. *Inequality in Latin America and the Caribbean – breaking with history?* Washington, DC. 2003.

WORLD BANK. *Poverty and Shared Prosperity 2016: Taking on Inequality*. Washington, DC. 2016.



**Recebido:** 09 fev. 2021.

**Aprovado:** 12 abr. 2021.

**DOI:** 10.3895/rbpd.v10n3.11384

**Como citar:** AMARAL, P. V.; CUNHA, M. S. O papel de programas sociais no combate à pobreza e à desigualdade na distribuição de renda no Brasil. **R. bras. Planej. Desenv.** Curitiba, v. 10, n. 03, p. 365-397, set./dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Presley Vasconcellos Amaral  
Av. Colombo, 5790 - Zona 7, Maringá - PR

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença CreativeCommons-Atribuição 4.0 Internacional.

